



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**CAPITAL SOCIAL COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE DAS
COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS, ESTUDO DE CASO.**

**JOSÉ CÉSAR PONTES MOREIRA; RUBEN DARIO MAYORGA MERA;
AHMAD SAEED KHAN; MARIA IRLLES DE OLIVEIRA MAYORGA;
ADRIANO SARQUIS BEZERRA DE MENEZES;**

BANCO DO NORDESTE

FORTALEZA - CE - BRASIL

cesarecon07@yahoo.com.br

PÔSTER

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

**Capital Social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais,
estudo de caso.**

Grupo de Pesquisa: 8 - Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio.

Coordenação: Luiz Fernando O. Paulillo – UFSCAR



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Resumo

O presente trabalho busca relacionar a presença ou ausência de capital social como recurso para a sustentabilidade de cooperativas agroindustriais. Supõe-se que as cooperativas dotadas de elevado nível de estoque de capital social têm maior sustentabilidade que as que possuem um menor nível de capital social. O objetivo é verificar o impacto da existência ou não de capital social no andamento das cooperativas agroindustriais COPEMOVA e COCEDRO, para isso este trabalho utilizou o estudo de caso das duas cooperativas agroindustriais. Os dados foram conseguidos mediante observação na ambiência das cooperativas e de aplicação de dois questionários. Verificou-se neste trabalho que a COPEMOVA dotada de maior nível de capital social foi também a que revelou maior índice de satisfação dos cooperados, como era de se esperar; o inverso mostrou à COCEDRO, com menor nível de capital social e de satisfação dos cooperados. Esses resultados corroboraram à proposição de que o capital social é fundamental para a manutenção de cooperativas agroindustriais, ainda mais em ambientes que carecem de maior investimento e incentivos da governança pública pois é um setor que tem se mostrado forte nas exportações agrícolas brasileiras. A simples existência de capital social não resolve os problemas, mas o seu direcionamento para a ação e combinado com outros recursos pode contribuir em muito para o êxito produtivo e social das cooperativas agroindustriais, gerando um desenvolvimento econômico sustentável para o Estado ou Região.

Palavras-chaves: Capital social, sustentabilidade, cooperativa, agroindústria.

Abstract

The present work looks to make a list of the presence or absence of equity capital like resource for the sustainability de of cooperatives agricultural industries. Supposes that the gifted cooperatives of elevated level of stock of social capital have bigger sustainability than those who have a less level of social capital. The objective is to check the impact of the existence or not of equity capital in the progress of the cooperatives agribusiness COPEMOVA and COCEDRO, for that this work used the case study of two cooperatives agricultural industries. The data were got by means of observation in the ambience of the cooperatives and of application of two questionnaires. One checked in this work that the endowed COPEMOVA of bigger level of social capital was also the one that revealed bigger rate of satisfaction of the cooperated ones, like was of waiting; the reverse showed to the COCEDRO, with less level of social capital and of satisfaction of the cooperated ones. These results corroborated to the proposition of which the social capital is basic for the maintenance of cooperatives agricultural industries, which more in environments that lack for bigger investment and incentives of the public government so is a sector that has if shown strongly in the agricultural Brazilian exports. The simple existence of equity capital does not resolve the problems, but his targeting for the action and combined with other

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

resources it can contribute in much to the productive and social result of the cooperatives agricultural industries, producing an economical sustainable development for the State or Region.

Key Words: social capital, sustainability, cooperative, agribusiness

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma renda *per capita* de R\$ 12.436,75 ao ano¹, é a nona potência mundial², no entanto apresenta uma elevada concentração de renda, com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2005) igual a 0,801, ocupando a 70ª posição mundial³, percebe-se mesmo assim que, as disparidades regionais históricas continuam.

Nos últimos anos, vem surgindo um novo movimento que é o da inclusão produtiva, que no meio rural, busca fortalecer a agricultura familiar e promover a criação de associações e cooperativas, visando à inclusão de famílias desfavorecidas. Além dessa visão “solidária” a cooperação e o associativismo têm demonstrado que pode gerar eficiência econômica para grupos empresariais consolidados, como pode ser constatado na literatura que trata da gestão de negócios, mas o enfoque principal desse trabalho é o cooperativismo rural, das cooperativas agroindustriais que podem fazer a diferença nas ações de desenvolvimento econômico no estado do Ceará.

Referente a esse tema, Sen (1999), prêmio Nobel de economia, enfatiza que para alcançar o desenvolvimento é mister que aumentem as liberdades e as oportunidades econômicas, reduzindo a pobreza; isso significa a implementação de políticas de inclusão produtiva social, como o apoio a criação de cooperativas, que é uma opção para melhorar a renda. A inclusão social pode ser realizada via políticas compensatórias que objetivam a entrada de pessoas no mercado através de uma disponibilidade de renda (social) para que estas possam ter acesso a escola, saúde, seguridade social e outros direitos e conseqüentemente possam demandar serviços e produtos no mercado, principalmente no que diz respeito a produtos alimentícios. Já a inclusão produtiva social, diz respeito a capacitação e apropriação de meios produtivos por parte de uma classe social que se encontra na informalidade, na desqualificação técnica-profissional e excluídas da apropriação de máquinas e equipamentos para produção de serviços ou produtos.

A criação de cooperativas é uma das estratégias na busca de melhoria da vida do agricultor, e, numa visão mais ampla, é um meio alternativo de desenvolvimento para o Brasil. Nessa dinâmica, o desenvolvimento requer esforço para redução das desigualdades sociais, objetivando a redução da pobreza e da precariedade das condições de vida do homem; isso significa a promoção do desenvolvimento com

¹ Segundo o IBGE, dados das contas nacionais, ano 2006.

² Fonte: FMI. Disponível: www.fmi.org - Acessado em: 08/08/07.

³ Fonte: www.frigoletto.com.br/GeoEcon/idh2005.htm. Acessado em 16/02/08.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



inclusão social e produtiva, redução do nível de desemprego e melhoria na renda da população.

Com certo pragmatismo econômico, a criação e consolidação de cooperativas consiste em fomentar um sistema que ajude a dinamizar às capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir um processo de desenvolvimento. Um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva é o fortalecimento e utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção no território, garantindo meios de convivência com problemas, como a seca e a falta de recursos tecnológicos, bem como potencializando as capacidades de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social. O foco das cooperativas, principalmente no que diz respeito ao envolvimento de pequenos e médios produtores rurais, é o fortalecimento da organização social das comunidades e a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda e ganho de sinergia produtiva, isto é, expansão da produção agropecuária.

Nesse contexto, o capital social é um conceito em evidência, com força na literatura acadêmica e na literatura aplicada, nos programas econômicos de desenvolvimento, surgindo o paradigma “novo” (ou esquecido) de que a economia como um todo possui recursos limitados e a humanidade necessita de desenvolvimento social, pois não há como crescer sem levar em conta as diferenças econômicas entre países, regiões e comunidades. Com isso, as recentes pesquisas e seus resultados indicam a importância do capital social como fator de crescimento econômico sustentável.

O capital social pode ser considerado como um fator essencial para o crescimento econômico das associações cooperativas, principalmente na região nordeste, onde o capital físico é muito concentrado socialmente, e o capital humano está num processo de democratização, isto é, as pessoas de classes sociais desfavorecidas estão tendo maior oportunidade de estudo, e o capital natural necessita de outras formas de capital para poder ter uma exploração produtiva mais eficiente e ecologicamente sustentável.

A literatura indica que as comunidades e cooperativas que possuem um maior acúmulo de capital social, obtêm maior capacidade de enfrentamento de problemas individuais e coletivos, ou seja, aumentam consideravelmente as chances de melhorar a vida dos indivíduos que a elas pertencem. Veja-se a diferença entre as regiões Sul, Sudeste e a região Nordeste.

As regiões Sul e Sudeste detêm aproximadamente 58% das cooperativas brasileiras, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, e o restante, 42%, encontram-se nas demais regiões. Ainda, a região Sudeste detém o maior número de cooperativas, 39% do total, e é a primeira no *ranking* em número de associados, 55%. A região nordeste está posicionada em segundo lugar em número de cooperativas, porém o número de associados representa apenas 6% do total; isso apresenta na referida região, um percentual significativo de cooperativas, e um percentual pouco expressivo de associados, o que pode indicar que um dos elementos importantes do cooperativismo, que é a existência de capital social, aqui considerado como a capacidade de associar para obter ganhos individuais e coletivos, é pouco representativo na região Nordeste, que pode ser uma das causas do reduzido número de associados em cooperativas nesta região. Nesse contexto, a região Sul obtém quase que



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



o dobro de créditos oriundos do PRONAF⁴ que a região Nordeste (embora os créditos do PRONAF estejam numa dimensão individual, muitas cooperativas agroindustriais, organizam e ajudam, com orientações, os associados a obterem os recursos advindos do PRONAF). Quanto a educação, uma das fontes de conscientização de participação cívica, apresenta-se também uma diferença. As regiões Sudeste e Sul apresentam maiores percentuais de pessoas de 0 a 17 anos que freqüentam escola ou creche⁵, respectivamente, 77% e 75%; em terceiro lugar vem o Nordeste com 73%; em seguida o Centro-Oeste com 70%, e finalmente a região Norte com 67%.

Na região Nordeste⁶, historicamente, o funcionamento das pequenas e médias cooperativas têm sido muito precário, devido a várias razões, entre elas a baixa escolaridade e falta de lideranças que leva a um reduzido estoque e utilização de capital social, o que justifica o presente estudo na tentativa de determinar o papel do capital social como determinante de sucesso dessas entidades tão importantes para o desenvolvimento regional.

A reduzida dotação de capital social nas cooperativas agroindustriais dos estados da região Nordeste, e especificamente do Estado do Ceará, pode ser explicado, pelo menos em parte, pela falta de participação dos agricultores, dificultando o acesso aos recursos governamentais, tecnológicos e a melhoria de vida dos cooperados, e com isso impossibilitando a inclusão produtiva dos agricultores.

O sucesso da Cooperativa Mista de Morada Nova Ltda – COPEMOVA é devido ao elevado estoque de capital social existente e sua utilização, promovido pela efetiva participação e cooperação de seus membros. O insucesso da Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro Ltda – COCEDRO se deve ao reduzido estoque de capital social, conseqüentemente apresentando estagnação em seus negócios.

O objetivo geral é verificar e analisar como a existência de capital social, tendo como fontes principais a confiança, o associativismo, a cooperação, a ação coletiva e a reciprocidade de favores, contribui para o êxito ou não das cooperativas agroindustriais. Enquanto os objetivos específicos são: calcular o índice de capital social de cada cooperativa, analisando comparativamente os índices encontrados; calcular o índice de satisfação de vida dos associados das cooperativas, e analisar comparativamente os índices encontrados. O presente artigo está organizado da seguinte maneira: a primeira seção trata da introdução, definição do problema, hipóteses e objetivos, a segunda seção trata da discussão conceitual do capital social, seus aspectos e características; isto é, à apresentação do referencial teórico; a terceira seção, tratará dos métodos e técnicas utilizadas para tratamento dos dados e informações colhidas; a quarta apresentará os resultados e suas implicações; e, por último será apresentada a conclusão – isto é, o que podemos deduzir a partir deste estudo de caso, analisando e sugerindo estratégias alternativas.

⁴ PRONAF crédito (participação percentual sobre o total), em 1999 a região Nordeste ficou com 24,6% do montante e a região Sul 48,1%; em 2004, os montantes para as regiões foram respectivamente, 16,9% e 46,7%. Fonte: www.pronaf.gov.br (acessado em março de 2005).

⁵ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Disponível: www.ibge.gov.br. Acessado em: 21.08.07.

⁶ Segundo declaração do Sr. Nicélio, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB/CE.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de capital social, segundo Woolcock (2000) surgiu com Hanifan em 1916 significando os aspectos tangíveis que existam na maioria das vidas cotidianas das pessoas, como a boa vontade, companheirismo, simpatia e relações sociais entre os indivíduos num grupo e nas famílias. Na academia, os trabalhos de Coleman (1998), na área de sociologia, e de Robert Putnam (1996), na área de ciências políticas, deram um impulso nas pesquisas sobre esse “novo” paradigma. Coleman (op cit) define capital social como sendo um conjunto de aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos agentes dentro de uma estrutura. A ausência de capital social impossibilita certas ações e o alcance de objetivos que seriam acessíveis com a sua presença. Já Putnam (op cit) apresenta o capital social como um conjunto de aspectos das organizações sociais, tais como: redes de relacionamento, normas e confiança que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo. Sendo que a confiança mútua entre os indivíduos é um pré-requisito para a existência e a formação de capital social. Como as cooperativas se encaixam nessa definição, adotar-se-á o conceito apresentado por Putnam como pano de fundo para o desenvolvimento do presente trabalho.

De acordo com Putnam (1996) o capital social capacita as pessoas a realizarem determinados projetos que sozinhas não conseguiriam. Agir em conjunto torna os objetivos mais palpáveis e aumenta a probabilidade de sucesso nas atividades econômicas.

Fukuyama (1999) conceitua capital social como uma maneira, com base em normas informais, de promover a cooperação entre dois ou mais indivíduos.

Franco (2001) apresenta o conceito de capital social como a capacidade das pessoas de uma dada sociedade de subordinar interesses individuais aos de grupos; de trabalhar cooperativamente visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo; de se associar umas às outras; e, compartilhar princípios e normas tanto para a formação de grupos e organizações estáveis, quanto para constituir e compartilhar a gestão.

Para reforçar a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento, elementos que formam o capital social, Putnam (1996) utiliza a evolução de duas regiões italianas: Emila-romagna (região próspera), ao norte, e a Calábria (região atrasada), ao sul. Ambas, nos primeiros anos deste século, tinham padrões de desenvolvimento muito semelhantes. Nas oito décadas posteriores, criou-se uma desigualdade bastante acentuada entre estas regiões, tornando-se a Emila-romagna, de grande participação política e solidariedade social, uma das mais prósperas regiões da Europa; e a Calábria, com características feudais, fragmentada e isolada, a região mais atrasada da Itália. O referido autor concluiu que o capital social revelou-se um poderoso determinante das disparidades de desenvolvimento sócio-econômico encontradas atualmente entre as duas regiões. Nessa visão o desenvolvimento local depende principalmente de decisões tomadas internamente, um processo que vem de dentro para fora, onde as pessoas acreditam em si mesmas e nas outras, organizam-se e cooperam, visando benefícios comuns. Para Khan & Silva (2005) o desenvolvimento econômico requer melhoria da qualidade de vida para dar sustentabilidade a esse



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



processo de desenvolvimento, e isso sugere o aumento do capital social na sociedade, para que os resultados sejam satisfatórios, principalmente nas regiões carentes do Nordeste. Para o capital social deve ganhar mais espaço nas reformulações de políticas e práticas de desenvolvimento. Destaca-se o capital social como um novo elemento que procura fortalecer a capacidade de ação dos pobres para melhorar a situação na qual se encontram através da associação (cooperativas) e do desenvolvimento mútuo da confiança. Mayorga, F, (2002) se refere ao capital social como algo intangível, mas que pode ser medido, indiretamente através da interação existente nos sistemas de participação cívica que são uma forma essencialmente de capital social, como associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, clubes desportivos e grupos de jovens, entre outros. Essa é apresentada também pelos economistas do Banco Mundial que vêem no capital social uma alternativa que os pobres têm de melhorar a sua qualidade de vida através da construção de uma rede social dinâmica visando o bem comum.

Dentro dessa condição, o Banco Mundial recomenda que os programas de desenvolvimento econômico, principalmente nos países emergentes, levem em conta a existência de capital social como fator relevante para o êxito dos programas e projetos. Rattner (2007) lembra que apesar do empenho do Banco Mundial para financiar e apoiar projetos de desenvolvimento social, os resultados são pouco expressivos. Para ele o processo de acumulação de capital social se dá de forma automática, causando externalidades positivas e negativas, como a criminalidade e a violência que faz vítimas em todas as classes sociais. Para ele, o conceito de capital social vem ganhando espaço de modo crescente nos debates acerca de desenvolvimento sustentável, o que é bom, pois nesse paradigma o ser humano é visto como ator social, e, não como um número nas estatísticas de políticas sociais.

2.1 Principais aspectos e características

O capital social se expande na medida em que é usado – não se deprecia, é um bem intangível, público (todos podem ter acesso), não é homogêneo, pode se manifestar de várias formas dependendo da região considerada e das normas, cultura e governo de cada região. Outro aspecto relevante é que o estoque de capital social numa determinada região ou comunidade ou cooperativa não é estático. Daí a necessidade de se monitorar sistematicamente os índices de capital social e os recursos sociais que o constituem, de modo que se cultivem esses recursos na estrutura organizacional da cooperativa ou comunidade. Como vimos o capital social envolve recursos que o(s) indivíduo(s) pode(m) se apoderar à medida que se engaja(m) com outras pessoas em associações, daí vem à denominação “social” porque a pessoa tem que se agrupar para obtê-lo, é público; contrariamente ao capital físico e humano, que estes são propriedade dos indivíduos. Segundo A.Hirschman apud Rattner (2007:2), o capital social pode ser reduzido ou destruído, embora não se deprecie, causando um enfraquecimento dos mais pobres, dos desempregados e dos mais fracos.

Na literatura americana preconiza-se que a criação de capital social pode ser replicada, isso significa que não necessariamente é preciso que se tenha laço familiar e



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de amizade nesse processo. Para Maciel (2003) não há diferença entre capital social intencional e espontâneo. Isso significa que o importante é a sua presença.

Com relação à gênese do capital social e do comportamento cooperativo, as pessoas parecem despertar um espírito cooperativo em tempos de crises, épocas de guerra, desemprego elevado, desequilíbrio econômico e social acentuado – esse tem sido um aspecto observado no surgimento de movimentos cooperativos, como foi a criação da cooperativa de Rochadale, na época de crise social advinda da Revolução Industrial. Recentemente, tem-se o caso da Economia Solidária, devido a elevada taxa de desemprego mundial, precarização das condições sociais de trabalho e violência social (CATALISA, 2007).

2.2 Capital Social e Cooperativismo

A cooperação tem uma grande importância econômica, competitiva, política e social. Esse é um dos aspectos que se busca no incentivo ou na replicação das experiências associativas, como os apresentados na região Norte da Itália (BNDES, 2004). A participação cooperativa de atores sociais seja numa cooperativa, seja numa associação comunitária, concorre para que haja maior transparência na gestão de recursos e atos administrativos. Referente a isso, Mayorga (2002) afirma que quanto mais complexa vai se tornando a sociedade, maior a possibilidade de ocorrer o oportunismo e a trapaça, sendo importante a presença do capital social, à medida que a economia cresce e se desenvolve.

Um aspecto importante a ser discutido e aprofundado em trabalhos posteriores é quanto ao número de cooperados, levando em conta a presença do capital social. Um número alto de cooperados pode aumentar as chances de manobras e artifícios ilícitos e não éticos; um número de cooperados no qual possa se conhecer as pessoas e estabelecer um maior nível de confiança e controle reduz as chances de ocorrer atos delituosos, e caso ocorra, o autor do ato pode ser punido, desencorajando os demais a realizarem atos similares. Com relação a esse ponto, Locke (2001) enfatiza que o número de cooperados é importante para a consolidação do processo de cooperação se consolidar e facilitar a tomada de decisões.

Um aspecto relevante é apresentado por Granovetter (1997), onde ele classifica as formas de laços sociais em: fortes e fracos. Entendo-se por laços fortes aqueles que existem entre os familiares, parentes e amigos que mantêm relação próxima; laços fracos, os que se obtêm nas relações contratuais e eventos casuais. Os laços fortes inibem o processo criativo, inovativo e de expansão dos negócios, pois se acomoda nas relações com raio de ação limitado. Os laços fracos contribuem para o processo inovativo, criativo e na expansão dos negócios, pois a interação com novas pessoas e em novos espaços multiplicam as possibilidades de aprendizagem e obtenção de novas tecnologias e novos mercados.

Durston (1999, 2000) dá a conhecer que capital social tem sua existência em forma coletiva, como expressão de relações sadias e humanas entre as pessoas, isso se traduz em reciprocidade de favores, confiança e solidariedade.

Tanto Putnam, Fukuyama, Franco e Durston vêem como elementos do capital social, o compromisso das pessoas em seguir regras e normas, o estabelecimento de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



uma camaradagem, a confiança e a cooperação num fluxo mútuo, almejando objetivos comuns. Sen (2000) e Olson (1999) apresentam os valores culturais e sua presença como responsáveis pelo nível de confiança de uma comunidade ou local, que por sua vez dão forma e propiciam a geração de capital social.

O capital social é relevante para as cooperativas, para que estas possam liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos, num processo de auto-gestão.

2.3 Cooperativas

Define-se cooperativa⁷ como uma organização de 20 ou mais pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, agindo de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Modernamente o cooperativismo fundamenta-se na Economia Solidária; o cooperativismo se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios cooperados e aos usuários. Seus princípios gerais são: ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, os princípios éticos que consolidam o cooperativismo: honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação para com o semelhante. Mundialmente, os fundamentos organizacionais são sete: 1) livre e aberta adesão dos sócios, a participação como membro se dá de forma voluntária; 2) gestão e controle democrático dos sócios (um homem, um voto); 3) participação econômica do sócio; 4) autonomia e independência; 5) educação, treinamento e informação; 6) intercooperação; as cooperativas trabalham em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, e, 7) interesse pela comunidade (CATALISA, 2007).

As cooperativas são organizações intermediárias entre as economias particulares dos cooperados, de um lado, e o mercado, de outro.

No entanto, a primeira associação cooperativa em termos modernos, na era capitalista, surgiu na cidade inglesa de Rochdale, em meio ao desemprego elevado e crise social da época oriunda das mudanças provocadas pela Revolução Industrial, pela iniciativa de 28 tecelões, que criaram uma cooperativa de consumo. Tal foi o êxito de suas atividades que no final do primeiro ano, a cooperativa aumentou de 28 para 180 libras o seu capital integralizado; e, em 1855, já possuía 1400 associados. Alguns anos depois, em 1881, já existiam 1000 cooperativas desse tipo, com aproximadamente 550 mil cooperados, todas baseadas nos princípios da adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, intercooperação e interesse pela comunidade; os objetivos eram os seguintes: promover o associado e melhorar a renda, melhorar as condições de trabalho dos sócios. Esse modelo expandiu-se à França, Itália e daí para todo o resto do mundo. Monezi (2005) destaca que esses movimentos tiveram como precursores, idealistas, como: Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier entre outros, defendiam os valores éticos de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão.

⁷ As cooperativas devem ser registradas na Junta Comercial mais próxima.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



No Brasil, a primeira cooperativa seguindo os padrões rochdaleanos, foi criada em 1847, denominada Fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná, liderada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de colonos europeus, conforme relato histórico da CATALISA (2007).

Freitas (2004) afirma que a cooperativa se coloca como uma alternativa viável à prática da globalização mercantil. O cooperativismo⁸ vem se colocar como contraponto à prática capitalista que passa pela exclusão social e elevada concentração de renda, notadamente nos países emergentes. A cooperativa, segundo os seus fundamentos, (vide parágrafos anteriores), deve aumentar a eficiência produtiva da parcela de baixa renda da sociedade, pois facilita as ações coordenadas. A política de estímulo às cooperativas é uma referência importante na economia, pois levam em conta princípios éticos e interesses comuns de agentes econômicos.

A formação de cooperativas locais traz vantagens devido ao enraizamento dos investimentos, gerando um aprendizado técnico local, atraindo novos serviços e firmas complementares e até mesmo efetivando a formação de novas cooperativas, gerando assim divisas para o município e emprego, e ainda, aumento do fluxo no comércio local. O incremento no desenvolvimento local gera um efeito de transbordamento regional, e que por sua vez, dependendo do êxito das cooperativas regionais, contribui para o desenvolvimento nacional. As cooperativas não podem se transferir para outro país ou estado em busca de incentivos fiscais ou mão-de-obra barata, não podem ser vendidas. A prosperidade da cooperativa é também a prosperidade do município ou da região onde se encontra. Essa relação existente entre as cooperativas e os municípios onde se localizam precisam ser reveladas para que o poder público local e regional proporcione condições e motive para o adensamento das cooperativas. Pode-se aprender que o desenvolvimento depende das pessoas que acreditam em si próprias e no coletivo, que se organizam e prosperam, alcançando objetivos comuns.

2.2 A importância das cooperativas agroindustriais

Nas últimas décadas, as atividades produtivas que seguem padrões associativistas vêm ganhando importância no mundo todo. Segundo dados da CATALISA⁹ (2007), 60% da população dos Estados Unidos participa de algum tipo de cooperativa, no Canadá esse percentual é de 45% e na Alemanha chega a 20%. Na China, país que mais cresce no planeta, e apontado por especialistas como a próxima potência mundial, tem no cooperativismo uma das principais forças motoras dessa economia, cerca de 80% dos produtores agropecuários chineses são associadas à *ALL China Federation of Supply and Marketing Cooperative*, que é uma organização similar a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB no Brasil; reúne 24 mil cooperativas de todo o país. O Governo chinês incentiva fortemente a agropecuária, sendo que o principal produto é o

⁸ No documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, em 2006, as cooperativas são vistas como um empreendimento econômico solidário, um negócio de autogestão em que a obtenção de retorno financeiro é dada apenas aos cooperados, na proporção do investimento realizado.

⁹ Rede de Cooperação para Sustentabilidade do Cooperativismo e Seus Princípios. Disponível em: www.catalisa.org.br. Acessado em: 20.05.2007.



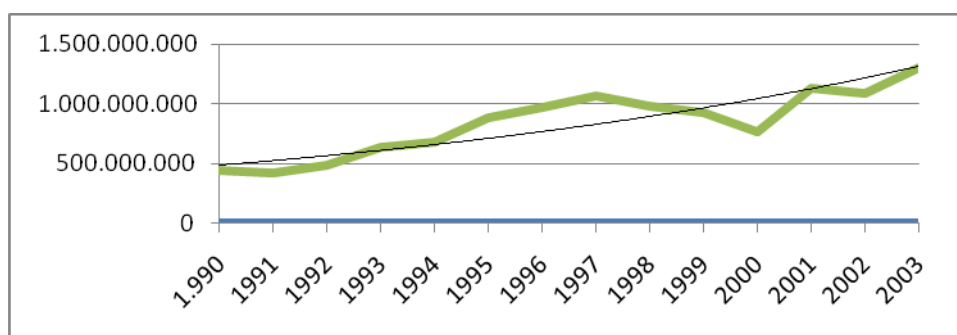
SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



algodão¹⁰. O cooperativismo tem se revelado uma das soluções para o aumento da produção agropecuária chinesa, pois os pequenos proprietários rurais se agrupam, em forma de cooperativa, para elevar a capacidade de produção¹¹. Os chineses compraram cerca 65% da soja, do total embarcado pelas sociedades cooperativas brasileiras. Os principais compradores da produção das cooperativas brasileiras são: a China, que está em primeiro lugar, seguida por Emirados Árabes, Estados Unidos e Rússia¹².

As atividades das cooperativas brasileiras representam 6% do PIB nacional e são responsáveis pela criação de aproximadamente 200 mil empregos diretos, sendo cerca de 5.7 milhões de cooperados distribuídos nos 13 ramos de atividades econômicas cooperativas, conforme indica Freitas¹³ (2004). As maiores cooperativas agroindustriais brasileiras são: Coamo – Campo Mourão/PR, Cocamar – Maringá/PR, Copersucar – São Paulo, C.Vale – Palotina/PR, Lar – Medianeira/PR, Cotrijuí – Ijuí/PR, Corol – Orlandia/SP e Comigo – Rio Verde/GO, sendo que neste *ranking*¹⁴ não consta cooperativas da região Nordeste. Para Neto (2001), o cooperativismo desenvolve-se mais intensamente na agricultura. Na Figura 1 a seguir, ver-se a evolução das exportações das cooperativas brasileiras, com uma linha de tendência (exponencial) de crescimento.



Fonte dos dados: DEPLA/SECEX.

Figura 1 - Evolução das exportações das cooperativas brasileiras

Em relação às regiões brasileiras, a região Sudeste detém o maior número de cooperativas, a região nordeste vem em segundo lugar em número de cooperativas, porém o número de associados representa apenas 6% do total nacional. A grande parte dos associados em cooperativas encontra-se nas regiões Sudeste, 55%, e, Sul 32%. A região Nordeste tem muita cooperativa, porém com poucos associados; a região Sul tem

¹⁰ Fonte: www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao/noticias/noticia.asp?IdNoticia=1189. O Data da informação:05.08.2004. Acessado em: 10/12/2007. O cooperativismo algodoeiro gera aproximadamente 1,2 milhões de empregos na China, segundo dados da Embrapa-área internacional,2007.

¹¹ Fonte: www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=24138. Data da informação: 05/09/2005. Acessado em: 10/12/2007.

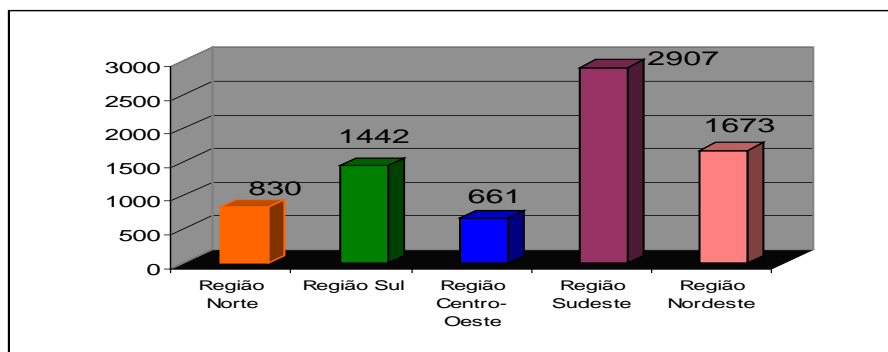
¹² Fonte: www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg.dinamica.php?id.pag=243. Os Emirados Árabes, EUA e Rússia compram, respectivamente, açúcar, álcool e carne de suínos. Data da informação:12/09/2006. Acessado em: 10/12/2007.

¹³ Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, 2004.

¹⁴ Ranking – por faturamento. Fonte: www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg.dinamica.php?id.pag=243.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

muitos associados e com um menor número de cooperativas que a região Nordeste, como pode ser visto na Tabela 1. Nota-se assim que as regiões Sudeste e Sul possuem um maior grau de participação em associações, e que a região nordeste carece de um nível maior de participação em associações, como pode ser visto na Figura 2.



Fonte: OCE's e OCB.

Figura 2- Número de cooperativas por região.

Como podemos ver na Tabela 1, as regiões norte e centro-oeste apresentam números menores de cooperativas, de associados e de empregados revelando que pode-se fortalecer e aumentar o número de cooperativas nessas duas regiões.

Tabela 1 - Cooperativas por região dez/2006.

REGIÃO	Cooperativas	%	Associados	%	Empregados	%
Região Norte	830	11%	99849	1%	5168	2%
Região Sul	1442	19%	2377934	32%	105818	49%
Região Centro-Oeste	661	9%	383849	5%	15915	7%
Região Sudeste	2907	39%	4078611	55%	74162	35%
Região Nordeste	1673	22%	439444	6%	13491	6%
Total	7513		7379687		214554	

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A formação de cooperativas rurais serve como base para o aumento da renda dos agricultores, o que pode como consequência, retê-los no campo, evitando o êxodo rural, e conseqüentemente os problemas sociais das cidades, como o aumento do número de favelas, marginalização e o desemprego. Daí a importância do fomento das cooperativas



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



na zona rural, como forma de política econômica e social visando reduzir as mazelas sociais no campo e na cidade.

3. MATERIAL e MÉTODOS

Analisado duas cooperativas, ambas com mais de 45 anos de existência, sendo que uma mantenedora de seus negócios, e, portanto conseguiu êxito no processo de sustentabilidade sócio-econômico: Cooperativa Mista de Morada Nova Ltda – COOPEMOVA, localizada no município de Morada Nova; outra cooperativa, que embora tenha conseguido atravessar os anos de existência tem demonstrado nos últimos anos uma deficiência em manter os negócios: Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro – COCEDRO, localizada no município de Cedro.

Trabalhou-se com dados primários oriundos da aplicação de questionários aos cooperados das duas cooperativas: COOPEMOVA e COCEDRO. A finalidade foi calcular dois índices: um índice para medir o capital social - ICS, outro índice de satisfação de vida dos cooperados - ISVC.

3.1 Variáveis e Índices a serem elaborados e analisados

Entre as variáveis que foram trabalhadas e analisadas estão as seguintes: grupos, redes, confiança, solidariedade, ação coletiva, cooperação, informação, comunicação, coesão, inclusão social, capacitação e ação política. Estas variáveis foram tratadas no Questionário Integrado para Medir Capital, ferramenta empírica desenvolvida pelo Grupo Temático sobre Capital Social-GTSCS¹⁵, do Banco Mundial. A partir daí, gerar dados quantitativos sobre as várias faces do capital social. O QI-MCS, que pode ser dividido em seis pontos: Grupos e redes, Confiança e solidariedade, Ação coletiva e cooperação, Informação e comunicação, Coesão e inclusão social e Autoridade e ação coletiva.

Estes pontos servirão de indicação para a formação do índice de capital social.

Construção do índice de capital social seguirá os seguintes passos:

- a) Aplicação do QI-MCS nos cooperados que fazem parte das cooperativas;
- b) Ponderação (P_i) dos pontos indicadores de capital social, conforme avaliação de importância realizada pelos cooperados, no qual o seu somatório igual a 1.
- c) Utilizando a fórmula apresentada por Mayorga (2002), escalona-se o desempenho de cada ponto que constitui o capital social (ED_i) a partir dos resultados obtidos dos questionários, dividi-se pelo número de entrevistados.

¹⁵ O GTSCS é constituído pelos seguintes pesquisadores: Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Verônica Nyhan Jones e Michael Woolcock, ano 2003.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



$$EDi = \frac{1}{N} \sum_{j=1}^N \left(\frac{\sum_{s=1}^m Esj}{\sum_{s=1}^m Emax sj} \right)$$

Onde:

EDi = escalas de desempenho dos indicadores determinantes de capital social, variando de 0 a 1 ($0 \leq EDi \leq 1$);

Esj = escore da s – énsima questão obtida pelo j – ésimo entrevistado;

$Emaxsj$ = escore máximo da s –ésima questão;

$s = 1 \dots m$, número de questões;

$j = 1 \dots N$, número de entrevistados.

- d) O índice de capital social (ICS) da cooperativa, é dado pelo somatório do produto da Ponderação¹⁶ (Pi), multiplicado pela escala de desempenho de cada indicador determinante de capital social (EDi):

$$ICSi = \sum_{i=1}^n (Pi * EDi)$$

Propondo que ICS varia de 0 a 1, dentro dos intervalos seguintes:

- a) Baixo estoque de capital socialde 0 a 0,5
- b) Médio estoque de capital social.....de 0,5 a 0,8
- c) Alto estoque de capital social.....de 0,8 a 1,0

No cálculo do Índice de Satisfação de Qualidade de Vida do Cooperado (ISVC) tem como base o modelo desenvolvido por Fernandes (1997) e apresentado por Brito (2002), que leva em consideração os seguintes indicadores: saúde, educação, habitação, bens duráveis e lazer, com a ressalva de modificação da fórmula e dos procedimentos para o cálculo do índice, que são semelhantes a utilizada no cálculo do índice de capital social. Estas variáveis foram tratadas no questionário de satisfação de vida do cooperado, vide apêndice B. Para este trabalho, estabeleceu-se os seguintes pesos para os dois fatores:

Fator: qualidade de vida	Peso: 0,4
Fator: satisfação do cooperado	Peso: 0,6

O ISVC varia de 0 a 1, onde estabelece-se neste trabalho os seguintes intervalos:

- d) Baixa satisfação com a qualidade de vida e cooperativa.....de 0 a 0,5
- e) Média satisfação com a qualidade de vida e cooperativa.....de 0,5 a 0,8
- f) Alta satisfação com a qualidade de vida e cooperativa.....de 0,8 a 1,0

¹⁶ O peso para ponderações dos componentes de determinação do ICS, foi dado por um grupo de 4 especialistas em cooperativismo.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Tem-se o ISVC, como:

$$Cki = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{\sum_{s=1}^m Esj}{\sum_{s=1}^m Emaxsj} \right)$$

Onde:

Cki = escalas de desempenho dos indicadores determinantes de satisfação de vida do cooperado, variando de 0 a 1 ($0 \leq Cki \leq 1$);

Esj = escore da s – ésima questão obtida pelo j – ésimo entrevistado;

$Emaxsj$ = escore máximo da s –ésima questão;

$s = 1 \dots m$, número de questões;

$j = 1 \dots N$, número de entrevistados.

- a) O índice de satisfação de vida dos cooperados (ISVC) da cooperativa, é dado pelo somatório do produto da Ponderação (Pi), multiplicado pela escala de desempenho de cada indicador determinante de satisfação de vida dos cooperados (Cki):

$$ISVC = \sum_{i=1}^n (Pki \cdot Cki)$$

Para calcular o tamanho da amostra, 149, não se considerou os associados das cooperativas que estavam registrados, porém se encontram inativos há vários anos, isso poderia viesar e “falsear” os resultados. Na COOPEMOVA o número de associados que mantém algum tipo de operação com a cooperativa é de 500; na COCEDRO, esse número é igual a 120.

Foi utilizada a fórmula de cálculo para amostra de populações finitas, aqui a população é o conjunto de associados das duas cooperativas. Conforme Muniz & Abreu (1999), o cálculo do tamanho da amostra para populações finitas é a seguinte:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n – tamanho da amostra

σ^2 – nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão

p – percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q - percentagem complementar ($1-p$)

N – tamanho da população

e^2 - erro máximo permitido.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados dos cálculos dos índices: Índice de Satisfação de Vida dos Cooperados, e o Índice de Capital Social das cooperativas: Cooperativa Mista de Morada Nova - COOPEMOVA e Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro – COCEDRO.

Como esperado a COOPEMOVA, que apresenta êxito em seus empreendimentos e sustentabilidade ao longo dos anos, apresentou maior estoque de capital e os associados com melhor qualidade de vida do que a COCEDRO. Para tornar mais didática e simples abordaremos a análise de cada índice de forma particular, comparando os desempenhos das duas cooperativas.

- **Índice de Satisfação de Vida dos Cooperados – ISVC**

Calculando a razão, RCQV – relação do componente qualidade de vida entre as duas cooperativas, temos:

Ck₁₁ – desempenho da COCEDRO (1) no componente 1 = 0,704688

Ck₂₁ – desempenho da COOPEMOVA (2) no componente 1 = 0,661638

$$\text{Obtém-se: } RCQV = \frac{Ck_{21}}{Ck_{11}} = 1,065$$

Quando RCQV > 1 indica que a cooperativa mais desenvolvida possui melhor qualidade de vida do que a cooperativa menos desenvolvida. Quando RIQVC = 1 indica que a cooperativa menos desenvolvida possui qualidade de vida igual a cooperativa mais desenvolvida. RCQV < 1 indica que a cooperativa mais desenvolvida possui menos qualidade de vida do que a cooperativa menos desenvolvida.

Esse resultado mostra que a qualidade de vida dos cooperados da COOPEMOVA é maior que a qualidade de vida dos cooperados da COCEDRO, o que pode ser reforçado com os dados do IDH-municipal de 2005, onde o IDH-M de Morada Nova, 0,670, é maior que o IDH-M de Cedro, 0,634; assim como todos os outros índices que apresentam o município de Morada Nova numa melhor posição no que diz respeito a qualidade de vida da população.

Calculando a razão, RSC – relação do componente satisfação com a cooperativa entre as duas cooperativas, temos:

Ck₁₂ – desempenho da COCEDRO (1) no componente 2 = 0,461860

Ck₂₂ – desempenho da COOPEMOVA (2) no componente 2 = 0,479798

$$\text{Obtém-se: } RSC = \frac{Ck_{22}}{Ck_{12}} = 1,0388$$

Quando RSC > 1 indica que a cooperativa mais desenvolvida possui melhor qualidade de vida do que a cooperativa menos desenvolvida. Quando RCSC = 1 indica que a cooperativa menos desenvolvida possui qualidade de vida igual a cooperativa

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

mais desenvolvida. $RSC < 1$ indica que a cooperativa mais desenvolvida possui menos qualidade de vida do que a cooperativa menos desenvolvida.

A satisfação dos associados da COPEMOVA é levemente maior que a satisfação dos associados com a COCEDRO. Isso pode ser explicado por um certo grau de acomodação dos associados da COCEDRO e do alto grau de satisfação destes com o esforço da presidente da cooperativa.

Índice de Satisfação de Vida dos Cooperados da COCEDRO - $ISVC_1 = 0,5418$

Índice de Satisfação de Vida dos Cooperados da COPEMOVA - $ISVC_2 = 0,5698$

Dentro da escala proposta: baixa, média e alta satisfação de vida dos cooperados. As duas cooperativas apresentaram ISVC dentro da faixa de média satisfação de vida, que é de 0,5 a 0,8. De alta satisfação fica entre 0,8 e 1,0; e, de baixa qualidade de 0 a 0,5.

A Tabela 2 apresenta os ISVC das duas cooperativas, sendo que o ISVC da COPEMOVA mostrou-se maior que o ISVC da COCEDRO, sendo: 0,5698 e 0,5418, respectivamente.

Tabela 2 – ISVC e componentes

COPEMOVA	Ck	Pk	Ck x Pk
Qualidade de vida	0,704688	0,4	0,281875
Satisfação dos cooperados	0,479798	0,6	0,287879
Índice de Satisfação de Vida do Cooperado 0,5698			
COCEDRO	Ck	Pk	Ck x Pk
Qualidade de vida	0,661638	0,4	0,264655
Satisfação dos cooperados	0,461860	0,6	0,277116
Índice de Satisfação de Vida do Cooperado 0,5418			

Fonte: elaboração própria.

- **Índice de Capital Social nas cooperativas - ICS**

O índice de capital social foi determinado por sete componentes: grupos e redes, redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social e autoridade ou capacitação e ação coletiva.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Dentro da escala proposta: baixo, médio e alto estoque de capital social. As duas cooperativas apresentaram ICS dentro da faixa de estoque de capital social médio, que é de 0,5 a 0,8, como pode apresentado na Tabela 3. De elevado ou alto estoque de capital social fica entre 0,8 e 1,0; e, de baixo estoque de capital social de 0 a 0,5.

Tabela 3 - Índice de capital social da COOPEMOVA.

COOPEMOVA	E.D.i	Peso	Pi x E.D.i
Grupos e Redes	0,626582	0,1250	0,078323
Redes	0,708854	0,0750	0,053164
Confiança e Solidariedade	0,641548	0,1625	0,104251
Ação Coletiva e Cooperação	0,673077	0,3000	0,201923
Informação e Comunicação	0,54435	0,1125	0,061239
Coesão e inclusão social	0,649638	0,1125	0,073084
Autoridade ou Capacitação e Ação Política	0,692525	0,1125	0,077909
Índice de Capital Social (ICS)			0,6499

Fonte: elaboração própria.

O ICS da COOPEMOVA foi igual a 0,6499, maior que o ICS da COCEDRO, que foi de 0,6110. Dos sete determinantes do índice de capital social, mostraram-se preponderantes na COOPEMOVA com relação à COCEDRO, dois: ação coletiva e cooperação, e informação e comunicação, com contribuição para a formação do índice de 0,201923 e 0,061239, respectivamente. Isso se deve a maior participação dos associados da COOPEMOVA que freqüentam as reuniões e utilizam a estrutura física e administrativa, o que não foi percebido na COCEDRO, até porque atualmente apresenta-se estagnada, no que diz respeito a produção. A COOPEMOVA é para os padrões da região Nordeste, uma cooperativa modelo, que atua nos limites de seus recursos e condições, de modo eficiente, tendo um potencial de negócios bem maior. Dispõe de acesso a internet, e, possui um software administrativo-financeiro que permite a gestão administrativa de forma detalhada, com um banco de dados com informações gerais de todos os associados.

A COCEDRO apresentou pontos fortes na formação de seu índice e destacados com relação à COOPEMOVA nos seguintes componentes: redes, coesão, inclusão social e autoridade ou capacitação e ação política. É fácil constata tal destaque, visto que há uma cultura de confiança e associação no município de Cedro; onde há 110 associações comunitárias, sendo que destas, 75 são associações comunitárias rurais, e o restante, 35, são urbanas.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Com base nos resultados encontrados, conclui-se que o capital social é um dos fatores relevantes para a manutenção e o desenvolvimento sustentável das cooperativas agroindústrias: COOPEMOVA e COCEDRO. Ambas possuem mais de 45 anos de existência, atualmente com estoque de capital social médio, segundo intervalo estabelecido no cálculo do índice de capital social - ICS. Percebendo-se que a COOPEMOVA que possui maior índice de capital, é também a que apresenta maior sustentabilidade econômica e social.

A segunda conclusão é que a cooperativa que tem maior ICS apresentou também um melhor desempenho no índice de satisfação de vida do cooperado. Isso pode significar que a sustentabilidade econômica e social da COOPEMOVA contribui para a satisfação de vida dos associados.

A gestão de informação e ação coletiva foram variáveis prioritárias para explicar a superioridade da COOPEMOVA com relação a COCEDRO.

A terceira conclusão é que embora a COCEDRO possua estoque de capital social não utiliza efetivamente esse recurso, o que parece ser travado devido a falta de capital físico (dinheiro, estoque de produtos, máquinas e equipamentos modernos). O capital social não é panacéia para todos os males, a sua presença é essencial e produtiva quando combinado com recursos financeiros e com o capital intelectual dos associados da cooperativa.

Quarta conclusão é notadamente a diferença de comportamento e compromisso entre as duas cooperativas, enquanto na COOPEMOVA percebeu-se um envolvimento ativo de seus associados nas atividades administrativas e deliberativas (reuniões), na COCEDRO, a liderança e força da cooperativa parecem depender unicamente da diretoria e mais acentuadamente da presidente.

Quinta conclusão é quanto à administração das cooperativas. A COOPEMOVA planeja, coordena e controlam os atos administrativos, financeiros e comerciais de forma bem mais eficiente que a COCEDRO, esta se encontra com organização administrativa precária em termos comerciais e financeiros, não se percebendo atividades sistemáticas de planejamento, controle e coordenação, possivelmente isso se revele por causa da estagnação dos negócios. Na COOPEMOVA, normas e regras são estabelecidas de modo claro e são seguidas, na COCEDRO percebeu que há uma maior flexibilidade no que diz respeito ao compromisso com normas e regras.

Sexta conclusão, é que em ambas, as cooperativas, não há intervenção do poder público local. Há um clima de imparcialidade política nas duas cooperativas.

Outra conclusão é que os períodos críticos vivenciados pelas cooperativas agroindustriais no Ceará se deram por inexistência de uma visão estratégica de longo prazo, concentrando todos os recursos numa só atividade, o que em qualquer negócio em qualquer lugar representa um elevado risco econômico.

Visto o grande potencial das duas cooperativas, as duas têm uma marca forte no mercado, possuem parque industrial grande que podem transformar a economia dos municípios. Sugere-se que as cooperativas procurem se articular junto aos bancos, universidades, governo do Estado e Prefeitura municipal, apoiem e facilitem as



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



operações de crédito, comerciais e de incremento de novas tecnologias às cooperativas de forma a beneficiar os associados e a população dos municípios.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998). *A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável*. In: II FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. São Luiz.
- Abu-el-haj, J. A. (2000). *Mobilização do capital social no Brasil: o caso da Reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume.
- _____. (1999). *O debate em torno do capital social: uma revisão crítica*. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. [s.l.], nº47, p.65-79.
- Amaral Filho, Jair. (1996). *Participação regional endógeno em um ambiente federalista*. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, n. 14, dez.
- BNDES.(2004). *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento – versão preliminar*. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/seminário/apl.pdf. Acessado em: 02.02.08.
- Coleman, J. (1998). *Social capital in the creation of human capital*. [s.l.], *American Journal of Sociology*. V94 (supplement), p. 95-120.
- Durston, J. (1999). *Construyendo capital social comunitario*. CEPAL: Santiago de Chile, Revista de la CEPAL, n. 69, p. 104-118.
- _____. (2000). *Qué es el capital social comunitario?* CEPAL: Santiago de Chile, Séries Políticas Sociales, 42p.
- Freitas, M. L. (2004). *Cooperativismo e Globalização*. Acessado em: 10.08.07. Artigo disponível: www.paginarural.com.br/artigos_detalhes.asp?subcategoriaid=134&id=898 .
- Fukuyama, A. F. (1999). *Social capital and civil society*. Mimeo trabalho apresentado na IMF Conference on second generation of reforms.
- Franco, A. de. (2001). *Capital social*. Leituras. Instituto de Política. Brasília: Millenium.
- García, L. (2000). *Las Organizaciones de Productores Agrícolas en el Marco del Proceso de Globalización Económica*. FERMENTUM Mérida – Venezuela – ano 10, nº29 – Septiembre-diciembre.
- Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª edição. São Paulo:Atlas.
- Goldenberg, G.M.(1997). *A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Record.
- Jara, C. J. (1999). *Capital social e desenvolvimento local sustentável*. Equador: II CA.
- Khan, A.S.,& Silva, L. (2005). *Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCRR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará*. Rio de Janeiro. RER, 43.
- Locke, R. M. (2001). *Construindo Confiança*. *Econômica* , 3, 253-281.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- Mayorga, F. D. O. (2002). *Capital social, Capital Físico e a Vulnerabilidade do Homem do Campo: um estudo de caso no município de Tauá, Ceará*. Dissertação de Mestrado Economia Rural. Departamento de Economia Agrícola – Centro de Ciências Agrárias. U.F.C.
- Maciel, M. Lúcia. *Confiança, Capital Social e Desenvolvimento*. Revista Econômica, v.3,n.2,p.283-288,dez/2001 –impresso em set/2003.
- Monasterio, L.M.(1999) *Capital social e grupos de interesse. Uma reflexão no âmbito da economia regional*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ANPEC, 27, Belém. Disponível em : www.capitalsocial.cjb.net. Acessado em dez.2006.
- Monezi, M. Ângela.(2005). *Espírito Cooperativista Requisito Essencial do Cooperativismo*. Artigo disponível em: www.advogado.adv.br. 2005/mariaangelamonezi/espírito. Acessado em: 01.08.07
- Muniz, J. Augusto, Abreu, A. Roberto.(1999). *Técnicas de Amostragem*. Ed.UFLA/FAEPE,MG.
- Neto, S. B. (2001). *Agronegócio Cooperativo*.(Batalha, M. O., coord.). São Paulo: Atlas.
- Ostrom, E. (1994). *Constituting Social Capital and Collective Action*. Journal of Theoretical Politics,n.6,p.527-562.
- Putman, R.D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV.
- Rangel, Alexandre. (1969). *As 100 mais belas parábolas de todos os tempos: parábolas do Oriente e do Ocidente, antigas e atuais, criativas e inspiradoras*. Uberlândia, MG: o Autor, 2001.
- Rattner, H. (2003). *Prioridade: construir o capital social*. Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.21 – fevereiro – Mensal-disponível em: www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm. Acessado em: 02.06.07.
- Sen, A. K. (1999). *Sobre ética e economia*. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Dorninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1999). *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- Schumpeter, J. A. (1988). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação Sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (Os Economistas ed.). (M. S. Possas, Trad.) São Paulo: Nova Cultural.
- Severino, A. J. (1993).*Metodologia do trabalho científico*. ed.19.São Paulo:Cortez.
- Woolcock, M.(2000). *Using Social Capital: Getting Social Relations Right in The Theory and Practice of Economic Development*. Princeton, Princeton University Press.